



Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	29.867.427	2.298.719
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	92.468.270	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>188.591.592</b>	<b>3.490.000</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>192.081.592</b>
<b>APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492,000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,036630%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,073726%	386.604,024	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,070040%	367.275,396	

Fonte: SIAFI e Port. 82/2005 - STF

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

WASHINGTON LUIZ RIBEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração e Finanças

EDNA ISABEL BRITO GONÇALVES PRANDINI  
Secretária de Controle Interno

ALCIDES DINIZ DA SILVA  
Diretor-Geral

### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

#### PORTARIA Nº 45, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO o inciso III e parágrafo único do artigo 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2011, constante do anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CEZAR PELUSO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2010 A ABRIL/2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$1.00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA S EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>18.522.973,54</b>	<b>705.762,75</b>
Pessoal Ativo		
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	18.522.973,54	705.762,75
Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)	-	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>19.189,15</b>	<b>-</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	19.189,15	-
Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>18.503.784,39</b>	<b>705.762,75</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (I II a + III b)</b>		<b>19.209.547,14</b>

APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	524.379.492,000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,036630%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,06000%	31.462.769,52
LIMITE PRUDENCIAL ( parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,05700%	29.889.631,04
FONTE: SIAFI GERENCIAL E RESOLUÇÃO 5/2005 - CNJ	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

KL É BER DE OLIVEIRA VIEIRA  
Diretor-Geral  
Substituto

GLAUCIA ELAINE DE PAULA  
Secretária de Controle Interno

JOSÉ GUILHERME VASI WERNER  
Secretário-Geral Adjunto

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### PORTARIA Nº 268, DE 25 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, nos termos do inciso III e do parágrafo único do artigo 54, combinado com o § 2º do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e tendo em vista o contido no Procedimento Administrativo nº 7740/2011, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal referente ao primeiro quadrimestre de 2011, constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2010 A ABRIL DE 2011

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ Milhares DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO- PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>163.607</b>	<b>12.471</b>
Pessoal Ativo		
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	128.679	11.139
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	2.816	-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	125.863	11.139
Pessoal Inativo e Pensionistas	34.928	1.332
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	169	-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	-	-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	34.759	1.332
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>38.150</b>	<b>9.732</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	2.817	-
Despesas de Exercícios Anteriores	418	8.667
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.916	1.065
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>125.457</b>	<b>2.739</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>128.196</b>

APURACÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>	524.379.492
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,024447
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,043969
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,041770
FONTE: SIAFI E COFIC/SOFTSE	

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN nº 328, de 19/5/2011.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS  
Diretora-Geral

ANDERSON VIDAL CORRÊA  
Secretário de Administração

MÁRCIA DE CARVALHO  
Secretária de Controle Interno e Auditoria  
Substituta

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade